

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-245/2024/PGJ, DE 4.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1404/2023-PGJ, de 8.11.2023, que concedeu férias ao servidor Wagner Antonio Figueroa Turini, de forma que, onde consta: "de 3 a 12.6.2024", passe a constar: "de 13 a 22.5.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-246/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Carlos Henrique Saldanha Guasso, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas de 2 a 21.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 3 a 12.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-247/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Vivian Severino da Silva Ribeiro, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 20 a 29.5.2024, de 30.9 a 9.10.2024 e de 7 a 16.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-248/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Luzineth Alves do Espírito Santo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 25.11 a 4.12.2024 e de 5 a 14.3.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.4 a 8.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-249/2024/PGJ, DE 4.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-446/2023-PGJ, de 4.5.2023, que concedeu férias à servidora Luzineth Alves do Espírito Santo, de forma que, onde consta: "de 4 a 13.3.2024", passe a constar: "de 1º a 10.4.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-250/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Flavia Areias de Andrade Coelho Sena, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.6.2024 e de 7 a 16.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.4 a 8.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-251/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Caio Vitor Marques Alves, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 16 a 25.9.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 29.4 a 8.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-252/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Renata Rafaela Angelotti Moro, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 2 a 11.9.2024 e de 10 a 19.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 29.4 a 8.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-253/2024/PGJ, DE 4.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Dantiele Cordeiro de Freitas Queiroz, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas de 1º a 30.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-254/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Flavia Alessandra de Freitas Magalhães, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 20 a 29.5.2024 e de 5 a 14.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 6 a 15.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-255/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Raphaela Gonsales Gomes Gheno, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 6 a 15.5.2024 e de 9 a 18.9.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 26.4 a 5.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-256/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Jessica dos Santos Fernandes, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas de 2 a 21.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 21 a 30.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-257/2024/PGJ, DE 4.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Diego Vinicius Queiroz Silva, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 14 a 23.10.2024 e de 9 a 18.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 7 a 16.1.2025, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-258/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-1084/2023-PGJ, de 21.9.2023, que concedeu férias ao servidor Paulo Roberto da Silva, de forma que, onde consta: "de 14 a 23.10.2024", passe a constar: "de 30.9 a 9.10.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-259/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Roberson Rosalin de Freitas, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.6.2024 e de 18 a 27.11.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 28.11 a 7.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-260/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Luciana Souza Zanardo, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 16.4 a 5.5.2024 e de 5 a 14.8.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-261/2024/PGJ, DE 4.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Rosimara Bandeira Vasques de Almeida, ocupante do cargo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 6.2 a 6.3.2024, Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 54 e 59, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-262/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jessica Carli de Oliveira, ocupante do cargo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 8.2 a 8.3.2024, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c os artigos 52 e 54, do Decreto nº 15.855, de 11 de janeiro de 2022.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-263/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Renata Gomes Carpes, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 2 a 11.5.2024 e de 1º a 10.10.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22.4 a 1º.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-264/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Jackeline Nunes Lechuga, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas no período de 26.3 a 14.4.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.4.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-265/2024/PGJ, DE 4.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Monike Gomes da Gama, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.8.2024 e de 11 a 20.3.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 22 a 31.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-266/2024/PGJ, DE 4.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Larissa Regina Souza Valdivino, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas nos períodos de 1º a 10.4.2024 e de 10 a 19.12.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 11 a 20.3.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 016/PGJ/2024

Processo: 09.2024.00000040-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **SANDRO ANTÔNIO MACIEL LTDA**, representada por **Sandro Antônio Maciel**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000081, de 09.01.2024.

Vigência: 23.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 23 de fevereiro de 2024.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 022/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000046-8

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **MULTI GÁS LTDA**, representada por **Cleber Astigarraga Lima**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 60,00 (sessenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000112, de 10.01.2024.

Vigência: 01.03.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 1º de março de 2024.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 032/PGJ/2024

Processo: 09.2024.00000021-3

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **ESMERALDO GOMES ACOSTA**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Miranda/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 300,00 (trezentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000139, de 12.01.2024.

Vigência: 23.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 23 de fevereiro de 2024.

EXTRATO DO CONTRATO N° 074/PGJ/2023

Processo nº 09.2023.00010762-1

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **INNOVAT ENGENHARIA E SOLUÇÕES LTDA**, representada por **Erson Machado de Souza Filho**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Instalação de parede de *drywall*, retirada de piso cerâmico existente e assentamento de porcelanato, instalação de portas novas de madeira, pintura e adequação elétrica, incluído o fornecimento de todo o material necessário para a execução dos serviços, para a atender a sede da Promotoria de Justiça de Jardim/MS.

Valor da contratação: R\$ 46.748,34 (quarenta e seis mil setecentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000031, de 19.02.2024.

Vigência: 04.03.2024 a 04.03.2025.

Data de assinatura: 4 de março de 2024.



REPUBLICA-SE, POR INCORREÇÃO, O EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/PGJ/2024, PUBLICADO NO DOMP-MS Nº 3.076 DE 4 DE MARÇO DE 2024, PÁG. 18.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/PGJ/2024

Processo nº 09.2023.00007701-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **DOIS AMORES COMÉRCIO DE DOCES E SALGADOS LTDA**, representada neste ato por **Erika Ramos Rossi de Moraes**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 11/PGJ/2023.

Amparo legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.

Objeto: Fornecimento de lanches e congêneres, para atender eventos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, nesta capital.

Valor estimado contratual total: R\$ 343.927,00 (trezentos e quarenta e três mil novecentos e vinte e sete reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000725, de 27.02.2024.

Vigência: 29.02.2024 até 1º.03.2025.

Data de assinatura: 29 de fevereiro de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 0917166-07.2023.8.12.0001, em que consta como vítima Vedel James Madhere, conforme se transcreve: “Os elementos trazidos aos autos não são suficientes para sustentar uma ação penal, visto que a investigação da infração restou prejudicada em virtude da ausência de indícios que possam levar à identificação do(s) eventual(is) autor(es). Salienta-se que em caso de surgimento de novas provas as investigações poderão ser retomadas (art. 18 do CPP)”.

Campo Grande, 05 de março de 2024.

GRAZIA STROBEL DA SILVA GAIFATTO

Promotora de Justiça

¹ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**Nº MP 08.2022.00207385-7****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a Tânia Marta Fernandes da Silva, familiar da vítima, a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0033202-86.2022.8.12.0001, em que consta como vítima Antônio Flávio da Silva Stabulo, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 1º de março de 2024.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ2, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900126-75.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) G.R3 e vítima(s) A.L.B, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da ausência de materialidade delitiva, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 1º de março de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 47ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ4, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900121-53.2024.8.12.0001, em que constam como investigado(a/s) A.C.E5 e vítima(s) D.R.B, conforme se transcreve: “Portanto, em razão da atipicidade da conduta, bem como da insuficiência de provas, elemento essencial à tipicidade, resta prejudicada a propositura de ação penal, razão pela qual o Ministério Público Estadual, com fulcro no artigo 18, do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas.”

Campo Grande-MS, 1º de março de 2024.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

2 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

3 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

4 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

5 Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Luiz Carlos de Souza a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900060-95.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Luiz Carlos de Souza e vítima Kemilly Rauanny de Souza Brito, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 28 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Bruno Menezes Calili a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900357-05.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Bruno Menezes Calili e vítimas Roberta Vendramini e Edna de Paulo Paes Benites, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 28 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Valter Feliciano dos Santos Junior a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900368-34.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Valter Feliciano dos Santos Junior e vítima Maxsuely Alfredo, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 28 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

6 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

7 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Marry Mione Antunes Saraiva a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900387-40.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Cláudio dos Reis Fraga e vítima Marry Mione Antunes Saraiva, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 29 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁰, de 24 de novembro de 2023, comunica à vítima Luciene Souto Alecrim a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900430-74.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Neilton Papa de Lima e vítima Luciene Souto Alecrim, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 01 de março de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹¹, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado Jeferson Moreira dos Santos Prazeres a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0900642-95.2024.8.12.0001, em que constam como investigado Jeferson Moreira dos Santos Prazeres e vítima Anna Paula Rojas de Araujo Gauna, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 28 de fevereiro de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA
Promotor de Justiça

9 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

10 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

11 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0019/2024/66PJ/CGR**

A 66ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2024.00025076-3 em que constam como investigado Rafael Carvalho Camargo e vítima Pamela Nayara Dos Santos Brasil conforme se transcreve: “ante a insuficiência de provas para a propositura da ação penal”

Campo Grande/MS, 04 de março de 2024

ESTEFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

AMAMBAI

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹², de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0001833-31.2023.8.12.0004, em que constam como investigado(a/s) L.M.M. e vítima (s) C.A.M.C., conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO PARCIAL do inquérito Policial, em virtude da ausência de justa causa acerca da prática delitiva, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Amambai (MS), 01 de março de 2024.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

AQUIDAUANA

EDITAL N.º 005/2024-1ªPJCA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana – MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo n. 09.2024.00001958-0 - 1ªPJCA. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>. Contato (67) 2020-9318.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001958-0 – 1ªPJCA

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Leda de Almeida Xavier Sbabo

Assunto: Acompanhar o TAC firmado nos autos de IC 06.2023.00000622-5

Aquidauana - MS, 01 de março de 2024.

ANGÉLICA DE ANDRADE ARRUDA
1ª Promotora de Justiça

12 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



COXIM

EDITAL N° 0004/2024/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça de Coxim, torna pública a instauração de Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Marcio Lima Nantes, 105, Vila São Salvador, Cep 79400-000, Coxim (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil: 06.2024.00000128-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Cointa - Consórcio Intermunicipal Para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari

Objeto: Apurar irregularidades no edital de regime diferenciado de contratação integrada eletrônica nº 001/2023 do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari (COINTA).

Coxim (MS), 22 de fevereiro de 2024.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL N. 0007/2024/17PJ/DOS

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições n. 09.2024.00001565-0

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): A Apurar.

Assunto: Acompanhar a fiscalização das instituições de longa permanência da Comarca de Dourados/MS durante o ano de 2024.

Dourados/MS, 01 de março de 2024.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça



MUNDO NOVO

EDITAL N. 0002/2024/01PJ/MUV**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Autos SAJTJ nº 0900048-07.2022.8.12.0016 e Autos n. SAJMP nº 08.2023.00065534-2

A 1ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹³, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial SAJTJ nº 0900048-07.2022.8.12.0016 e SAJMP nº 08.2023.00065534-2 em que constam como investigado Paulo Fagundes e vítima Carlos Andre Neske, conforme se transcreve: “o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu Promotor de Justiça subscritor, requer o arquivamento parcial do presente expediente investigatório com relação ao delito previsto no art. 147, caput, do Código Penal, por ausência de justa causa mínima para a propositura da ação penal, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal e da Súmula 524 do STF, interpretada a "contrario sensu".

Mundo Novo, 04/03/2024

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0010/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a retificação do objeto do Inquérito Civil nº 06.2022.00001508-6, fazendo nele constar:

Inquérito Civil n. 06.2022.00001508-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: André Gustavo Franco Froes

Assunto: "apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural Fazenda Douradilho, bem como os possíveis desmatamentos não autorizados em área de 4,901 hectares (auto de infração nº 011100/2022 e Parecer n. 595/23/CEIPPAM), de 1,76 hectares de remanescente de vegetação nativa proposta para área de reserva legal (auto de infração n. 011504/2022 e Parecer n. 618/23/CEIPPAM) e de 0,2014 hectares de remanescente de vegetação nativa proposta para área de reserva legal (auto de infração nº 013651/2023)"

Ponta Porã/MS, 26 de fevereiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

13 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EDITAL Nº 0011/2024/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2024.00000066-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2024.00000066-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Julianna Rocha Podolan Martins, Paula Podolan Guerra, Fernanda Rocha Podolan, Julio Podolan

Assunto: apurar a ocorrência de dano ambiental no interior da Fazenda Pindorama, localizada em Ponta Pora/MS – Parecer n. 518/22/CEIPPAM, decorrente da supressão de vegetação nativa sem autorização ambiental e desmatamento ocorrido em área de reserva legal e de preservação permanente em virtude de incêndio.

Ponta Porã/MS, 26 de fevereiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0012/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001502-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001502-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido(s): Estado de Mato Grosso do Sul, Município de Antônio João

Assunto: acompanhar as providências adotadas pelo poder público municipal e estadual com relação à situação de vulnerabilidade social e sanitária da cidadã C.S. residente no acampamento Piquiri, município de Antônio João

Ponta Porã/MS, 28 de fevereiro de 2024

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL

A 4ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial nº 08.2023.00111531-7 (SAJ/MP) e 0900424-47.2023.8.12.0019 (SAJ/TJ), em que consta como investigado Mauro Jose Smolak¹⁵ e como vítimas Danielson de Aguiar Oliveira, Fabio Ramos Lima e Vicente de Jesus Alexandre, conforme se transcreve:

“Nesse contexto, não há elementos para o oferecimento de denúncia, uma vez que a dinâmica do acidente não restou suficientemente esclarecida, ao passo em que não se vislumbram diligências complementares que pudessem auxiliar neste mister. Com efeito, não há notícias de testemunhas oculares do acidente que não estivessem nele envolvido. Ante o exposto, o Ministério Público Estadual promove o arquivamento do inquérito policial, com as cautelas do artigo 18 do Código de Processo Penal”.

Ponta Porã, 1º de março de 2024.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

¹⁴ “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

¹⁵ Em caso de procedimento sigiloso, nomes de investigados e vítimas deverão ser indicados apenas por suas iniciais.

**EDITAL Nº 0013/2024/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00001093-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2022.00001093-6

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): J.B.J.A.

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa decorrente da ausência de repasse do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, FEADMPMS, por J.B.J.A., enquanto responsável pelo 3º Serviço Notarial de Protestos de Ponta Porã.

Ponta Porã/MS, 04 de março de 2024

GEORGE ZAROOUR CEZAR

Promotor de Justiça em substituição

SIDROLÂNDIA

NÚMERO DO MP: 08.2020.00026018-9,

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima(s) Flavia Fernandes dos Santos da decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0000280-25.2020.8.12.0045, em que constam como, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

1ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia, 29 de fevereiro de 2024.

DANIELE BORGHETTI ZAMPIERI DE OLIVEIRA

Promotora de Justiça

NÚMERO DO MP: 08.2021.00179406-4,

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado(a/s) Lucas Cardoso da Silva da decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0002903-28.2021.8.12.0045, em que constam como, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

1ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia, 29 de fevereiro de 2024.

DANIELE BORGHETTI ZAMPIERI DE OLIVEIRA

Promotora de Justiça

16 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

17 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



NÚMERO DO MP: 08.2022.00012081-0,
EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica ao investigado(a/s) Raquel Souza de Castro da decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0000057-04.2022.8.12.0045, em que constam como, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

1ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia, 29 de fevereiro de 2024.

DANIELE BORGHETTI ZAMPIERI DE OLIVEIRA
Promotora de Justiça

NÚMERO DO MP: 08.2022.00073043-3,
EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A Promotoria de Justiça Eleitoral da comarca de Sidrolândia/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ¹⁹, de 24 de novembro de 2023, comunica a investigado(a/s) Rosa Marques de Oliveira da decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0600001-29.2022.6.12.0031, em que constam como, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Promotor(a) da 31ª Zona Eleitoral de Sidrolândia, 01 de março de 2024.

DANIELE BORGHETTI ZAMPIERI DE OLIVEIRA
Promotora de Justiça Eleitoral

18 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

19 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”